IV SEMANA DE DIREITOS HUMANOS:

FOME DE JUSTIÇA

CADERNO DE RESUMOS

NEDIH Núcleo de Estudos em Direitos Humanos
UNITINS | PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

C415 Cericatto, Soely Kunz. IV Semana de Direitos Humanos: fome de justiça (livro eletrônico)/ Organizado por: Soely Kunz Cericatto, Rafaela Costa Vidal, Marcela Barreto da Silva Oliveira Palmas TO: Unitins, 2024.

44p.; color.

2,5 Mb; ePUB

ISBN 978-85-5554-337-1

1 Extensão. 2 Assuntos comunitários. 3 Direitos humanos. I. Vidal, Rafael Costa. II. Oliveira, Marcela Barreto da Silva.

CDD 341.27

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Ysabella Canindé Guerreiro Macêdo CRB-2/ 1191

Reitor
Augusto de Rezende Campos

Vice-Reitora
Darlene Teixeira Castro

Pró-Reitora de Graduação
Alessandra Ruita Santos Czapski

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Ana Flávia Gouveia de Faria

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários
Kyldes Batista Vicente

Pró-Reitor de Administração e Finanças
Ricardo de Oliveira Carvalho

Organização
Soely Kunz Cericatto
Rafaela Costa Vidal
Marcela Barreto da Silva Oliveira

Comissão do Evento
Kyldes Batista Vicente
Fredson Vieira Costa
Láisa Giseli Neiva Leite Santos
Rafaela Costa Vidal
Soely Kunz Cericatto
Vida Kamila Pinheiro da Conceição
Ana Clara Alves Farias

Leitura e Revisão Linguística
Andreia Luiza Dias
Julienne da Silva Siveira

Diagramação
Joelma Feitosa Modesto
Leandro Dias de Oliveira

Editoração
Liliane Scarpin S. Storniolo

Realização
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – Proex
Núcleo de Estudos em Direitos Humanos - Nedih

Os autores são responsáveis por todo o conteúdo publicado, estando sob a responsabilidade da legislação de Direitos Autorais 9.610/1998 e Código Penal 2.848/1940.

Todos os Direitos Reservados. A reprodução total ou parcial de qualquer forma ou qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos Direitos autorais do autor (Lei n° 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....06

ST 1 -SIMPÓSIO TEMÁTICO - EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS: A HISTÓRIA EDUCACIONAL DOS POVOS XERENTE.....07

O DIREITO À EDUCAÇÃO NEGADO NO PERÍODO PÓS- PANDEMIA DA COVID-19.....08

OS INFLUXOS POLÍTICOS E SOCIAIS DA REVOLUÇÃO FRANCESA NO DIREITO POSITIVO DA ESCOLA DA EXEGESE: CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA PARA O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE 09

OS EFEITOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA DO TEMA 548 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: O DEVER ESTATAL DE ASSEGURAR O ATENDIMENTO EM CRECHE E PRÉ- ESCOLA ÀS CRIANÇAS COMO MEIO DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....10

A PEDAGOGIA DO SOFRIMENTO: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A CRÍTICA DE VEENA DAS.....11

O PAPEL DA LITERATURA COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO CRÍTICA NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.....12

ST 2 -SIMPÓSIO TEMÁTICO PARTICIPAÇÃO - DEMOCRACIA E POLITICAS PUBLICAS

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POLÍTICA NOS CURRÍCULOS EDUCACIONAIS BRASILEIRO PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ DOS ESTUDANTES.....13

DIREITO À SAÚDE E À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS AUTISTAS: UMA VISÃO SOBRE A LITERATURA EXISTENTE. 14

FAMÍLIA E ESCOLA: ESTREITANDO OS LAÇOS.....15

PRODUÇÃO LEGISLATIVA SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NO LEGISLATIVO ESTADUAL DO TOCANTINS.....16

RESSOCIALIZAÇÃO FEMININA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA APLICABILIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO PREVENÇÃO À REINCIDÊNCIA.....17

ST 3 - SIMPÓSIO TEMÁTICO - A PESSOA IDOSA E ENVELHECIMENTO HUMANO

O IDOSO COMO SUJEITO DO CONHECIMENTO.....18

CURRÍCULO DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE DE PALMAS -TOCANTINS.....19

ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: UMA ESTRATÉGIA PARA VIVER MAIS.....20

OS PERCALÇOS DA LINGUAGEM INTERGERACIONAL EM AÇÕES EXTENSIONISTAS COM PESSOAS IDOSAS...21

ETARISMOS NO AMBIENTE TRABALHO NO BRASIL: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA TRANSMISSORA DE INFORMAÇÃO.....22

JARDIM SENSORIAL NA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE - PALMAS-TO.....23

ST 4 -SIMPÓSIO TEMÁTICO - REDE PROTEÇÃO CRIANÇAS ADOLESCENTES

CONSTRUÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE).....24

RETRATO DO TRABALHO INFANTIL NO ESTADO DO TOCANTINS.....25

A PROTEÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO NO BRASIL.....26

AT 5 -SIMPÓSIO TEMÁTICO - SISTEMAS DE MONITORAMENTO

OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL E A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 95/2016.....27

A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POSSIBILITAR A PERMANÊNCIA DE PCDs NA UNIVERSIDADE É ALICERÇADA PELA SEGREGAÇÃO DO GRUPO?.....28

A PERSISTÊNCIA DA FOME, AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS OU FALHA NA APLICABILIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE VISAM COMBATER TAL DISPARIDADE?.....29

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A ATUAÇÃO DO BRASIL NO COMBATE A FOME.....30

O USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL PARA ATINGIR O CUMPRIMENTO DE METAS SOBRE DIREITOS HUMANOS.....31

A INTERNET COMO GARANTIA DO DIREITO HUMANO DE ACESSO AO PROGRESSO CIENTÍFICO.....32

O PAPEL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DURANTE A PANDEMIA.....33

A IMPORTÂNCIA DA HUMANIZAÇÃO DAS EMPRESAS.....34

GESTÃO DA ÁGUA POTÁVEL E O CUMPRIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS PARA ESSE ABASTECIMENTO..35

INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL NA GRADUAÇÃO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.....36

POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO A ESCRAVIDÃO NO TOCANTINS.....37

O USO DE DROGAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....38

POSSIBILIDADE DE O ABORTO DE ANENCÉFALOS FERIR O DIREITO À VIDA.....39

ST-6 - SIMPÓSIO TEMÁTICO – KINSA KINDEZI

KINDEZI.....40

A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO TOCANTINS.....41

OS REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO AGRAVAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL.....42

PENSAMENTO COMPUTACIONAL: BRINCANDO E APRENDENDO COM ARTEFATOS DESPLUGADOS NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM LÍNGUA PORTUGUESA.....43

APRESENTAÇÃO

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex) da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), por meio do Núcleo de Estudos de Direitos Humanos (Nedih), realizou nos dias 26 e 27 de outubro de 2022, a IV Semana de Direitos Humanos com o tema "Fome de Justiça". O evento foi realizado no formato on-line, transmitido via Canal da Proex no YouTube, com apresentação de trabalhos em simpósios temáticos e conferências.

O Nedih se compromete com a Declaração Universal de Direitos Humanos e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Conforme agenda para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o tema "Fome de Justiça" da IV Semana de Direitos Humanos foi pensado para atender o segundo ODS. Este objetivo visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável, sendo essa uma das ações globais para eliminar a pobreza extrema e promover sociedades mais justas e inclusivas. Nesse sentido, é de responsabilidade das universidades.

A escolha da temática "Fome de Justiça" da IV Semana de Direitos Humanos refletiu a preocupação dos gestores dessa Instituição para com a sociedade, o problema da fome e da desnutrição é um tema que possui uma abordagem interdisciplinar capaz de envolver diversas áreas do conhecimento e incentiva a participação de todos, por ser uma preocupação popular. Foi um evento científico que veio para reforçar a importância da interdisciplinaridade e da atuação da universidade pública focada no desenvolvimento do estado do Tocantins, especialmente a partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As conferências: Fome de Justiça: um olhar histórico-político sobre o problema da fome, e Hábitos Alimentares e Insegurança Alimentar no Brasil e A violação do direito humano e a insegurança alimentar bem como os simpósios temáticos envolvendo outras ODS, possibilitaram discussões multidisciplinares importantes acerca das temáticas. Logo, as apresentações superaram as expectativas, pois as informações, reflexões e experiências compartilhadas acerca das conferências e temáticas dos simpósios referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável abordadas contribuíram e irão contribuir significativamente para o aprimoramento de todos que participaram desse evento.

Nessa edição, você leitor terá a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre esses trabalhos que foram e continuam sendo desenvolvidos, é por meio da leitura desses trabalhos que vamos despertar nas pessoas a vontade de instigar e participar das próximas edições. A universidade é um espaço que proporciona as pessoas a oportunidade de diálogo entre diferentes tipos de saberes e técnicas produzidas dentro e fora da academia que contribuem para a consolidação e divulgação da ciência.

Boa leitura!

Comissão Organizadora

16 - Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Coordenador(a): Rafaela Costa Vidal
Apresentação: Via Google Meet

DIREITOS HUMANOS: A HISTÓRIA EDUCACIONAL DOS POVOS XERENTE

Vanda Elizete V. da Costa
Mestre em educação (UFT), professora da rede estadual de ensino do Tocantins.
vandaelizete@hotmail.com

Maria de Lourdes L. Macedo
Doutoranda em Educação (EDUCANORTE), Professora da rede estadual de ensino do TO.
malutocantins@gmail.com

Jocyleia Santana dos Santos
Doutora em História/UFPE, Coordenadora do Polo Tocantins do Doutorado em Educação na Amazônia - Rede EDUCANORTE/PGDEA. Coordenadora do Mestrado Acadêmico em Educação- PPGE/UFT.
jocyleiasantana@gmail.com

Resumo: O objetivo deste estudo foi o de narrar a história educacional do povo Xerente por meio das memórias de professores indígenas, trazer as Memórias de Professores Xerente com intuito de assinalar a história da Educação Indígena no Centro de Ensino Médio Xerente Cemix Warâ. Para isso, o trabalho discutiu o papel da memória no contexto Educacional Indígena; traçou a trajetória da história do povo Xerente com foco na Educação; e apresentou o papel do ensino na preservação da cultura do povo Xerente. Utilizou-se a história oral temática por meio da escuta dos relatos dos professores indígenas para analisar e entender como e quando os professores precursores poderiam contribuir para a educação indígena Xerente. Essa metodologia possibilitou que a pesquisa e a análise de fatos ocorridos, desde os ancestrais da respectiva etnia, fossem sustentadas. Logo, para o desenvolvimento e obtenção dos resultados pretendidos, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, exploratória, utilizando alguns aportes teóricos da área da Educação indígena, história e memória, além da pesquisa de campo, utilizando-se de questões norteadoras, trabalhando a escuta das pessoas entrevistadas. Foi possível concluir que os Akwẽ-Xerente estão inseridos em uma dinâmica de contradições em que o desafio da cultura, da organização social e a prática de hábitos triviais são necessários, em especial para os membros mais velhos e jovens da comunidade indígena em questão, viabilizando a sobrevivência sociocultural em todos os espaços de convivência desse povo, pois trazer a história da educação nos povos xerente é, de certa forma, gritar pelos seus direitos humanos, o direito à educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação Indígena. História. Memória.

O DIREITO À EDUCAÇÃO NEGADO NO PERÍODO PÓS - PANDEMIA DA COVID-19

Francisco Antônio Alves Pereira
Graduando do Curso de Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual do Tocantins – UnitIns franciscoantonio@unitins.br

Resumo: A Covid -19, nomenclatura usual para determinar uma doença provocada por uma família de vírus que causam infecções respiratórias, também cientificamente denominado de agente SARS-CoV-2, provocou uma pandemia que causou milhões de mortes por todo Planeta. Países ao redor do Mundo e inclusive o Brasil, impuseram à sua sociedade pesadas normas de cerceamento das liberdades individuais e violação dos direitos e garantias fundamentais previstas constitucionalmente. Quando o mundo foi tomado por essa pandemia, os estudantes do mundo todo foram os primeiros a sentirem os impactos negativos pois foram as escolas as primeiras a fecharem suas portas e suspenderem por completo suas atividades. No Brasil, milhares de estudantes da educação básica foram afetados pela suspensão das aulas no ano de 2020. No Estado do Tocantins, as aulas foram suspensas precisamente no dia 13 de março de 2020, por força do Decreto n. 6.065, de 13 de março de 2020. Essa medida atingiu mais de 400 mil estudantes matriculados em mais de 1600 unidades escolares por todo o Estado. A Carta Magna brasileira explicita com exatidão que educação é um direito dos cidadãos, porém esse direito foi negado quando do período da pandemia. O fechamento das escolas e a abrupta interrupção das aulas por mais de um ano, levou os estudantes a prejuízos irreparáveis no que se refere ao ensino e aprendizagem. O direito internacional contém diversos instrumentos relacionados à educação em direitos humanos, no entanto, pairam inúmeros incertezas sobre a forma como a educação, no compêndio dos direitos humanos, se relaciona com o próprio direito à educação. Não foi dado destaque aos discursos sobre as garantias do direito à aula, à escola, à voz do estudante. As escolas simplesmente paralisaram suas atividades nos quase dois anos de pandemia da Covid19 e foram retornando aos poucos, num cenário social cujo discurso em defesa do direito de se ter escolas funcionando, de se ter estudantes escolarizando-se estava e está ausente. Residindo, assim, a problemática nos seguintes questionamentos: A quem de fato compete questionar se a educação é um direito humano? Por que foram as escolas as primeiras dentre os segmentos da sociedade a serem paralisadas? É possível mensurar os prejuízos de ensino e aprendizagem aos estudantes pelas paralisações das atividades escolares? Diante de tantas inquietações, esta pesquisa objetiva promover discussões sobre a importância da educação na sociedade como um direito de todos os seres humanos; examinar o direito à educação a partir da visão estratégica dos Direitos Humanos enquanto instrumento importante das garantias educacionais de âmbito nacional e/ou internacional. Este estudo é pautado por vasta pesquisa bibliográfica e documental que darão suporte teórico aos questionamentos arguidos que darão lucidez da realidade investigada, contribuindo assim para o alcance pleno dos objetivos propostos. Dessa forma, a Pesquisa alicerça-se no método hipotético dedutivo, uma vez que todo o objeto da pesquisa em si tem sua origem num problema (a negação do direito à educação) para o qual se busca uma solução, sem, no entanto, presunçosamente falsear hipóteses relevantes ou limitar a abrangência do campo investigativo.

Palavras-chave: Pós-Pandemia. Paralisação das Escolas. Direito à educação.

OS INFLUXOS POLÍTICOS E SOCIAIS DA REVOLUÇÃO FRANCESA NO DIREITO POSITIVO DA ESCOLARIDADE DA EXEGESE: CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA PARA O PRINCÍPIO DA LGALIDADE

José Wilson Ribeiro Filho

Acadêmico do 1º Período de Direito da Unitins, Câmpus de Paraíso do Tocantins

josewilson@unitins.br

Jéssica Painkow Rosa Cavalcante

Doutoranda em Direito Público na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Professora de Direito na Unitins, Câmpus de Paraíso do Tocantins

jessica.pr@unitins.br

Resumo: O presente estudo tem como objetivo discutir como se deu a atuação da Escola da Exegese para o fortalecimento do princípio da legalidade. A Escola da Exegese surge em um período de mudanças na França, onde o próprio contexto sociopolítico proporcionava um sentimento de insegurança jurídica. Após várias constituições durante o período de Revolução, em 1804, criou-se a Contituição Francesa de 1804 (popularmente conhecida com Código Napoleônico) e, por conseguinte, iniciou-se a Escola da Exegese, criada por participantes da criação do código então vigente. Esse artigo desenvolve de forma mais detalhada os influxos políticos e sociais na Revolução Francesa e a relação com a Escola da Exegese. Esta escola trazia uma concepção positivista, ou seja, o Direito sendo definido pelo que está na lei. No período em que se passou a Revolução Francesa e a criação do Código Napoleônico as ideias iluministas serviram de base para várias outras mudanças por toda a Europa. É váliso lembrar que a Revolução Francesa alterou a estrutura social vigente na França, dividida e três estados, sendo que o terceiro - a base de sustentação de todos os demais - não compartilhava de direitos que hoje em dia são "comuns", tais como o nascimento livre (princípio no qual todos os seres humanos nascem livres), visto que, por exemplo, a profissão era recebida de "herança", também não era possível ascender para os demais estados. As mudanças promovidas pela Revolução concretizaram o marco para as principais diretrizes que versam sobre os Direitos Humanos, especialmente, objetiva-se a discussão acerca do princípio da legalidade que acabou sendo fortalecido após o método exegético de aplicação da norma. Para a Escola da Exegese, a lei caracterizava fonte única do direito, a lei imperava e os componentes do Estado à ela se submetiam. Fatores que podem se relacionar aos conceitos de Estado Democrático de Direito, princípio da segurança jurídica e princípio da legalidade. Este estudo possui uma metodologia de revisão de literatura, onde serão pesquisados e discutidos os influxos históricos, sociais e jurídicos que contribuíram para positivação do princípio da legalidade em decorrência da característica do positivismo jurídico francês.

Palavras-chave: Revolução Francesa. Escola da Exegese. Princípio da Legalidade. Direitos Humanos.

OS EFEITOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA DO TEMA 548 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: O DEVER ESTATAL DE ASSEGURAR O ATENDIMENTO EM CRECHE E PRÉ-ESCOLA ÀS CRIANÇAS COMO MEIO DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Grasielle Sampaio Oliveira
Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).
grasiellesampaio@unitins.br

Nathlia Canhedo
Doutoranda pela UniCeub/Assessora de 1ª instância e Professora da
Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).
nathalia.c@unitins.br

Resumo: O Tema 548, fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 21/09/2022, reconheceu a obrigatoriedade da Administração Pública em matricular crianças, de zero a cinco anos de idade, em creche ou pré-escola públicas, tendo em vista o dever legal de assegurar o acesso universal à educação infantil, conforme estabelece o artigo 208, inciso IV da Constituição Federal. Importante ressaltar que a educação infantil é compreendida pela fase da creche, do zero aos três anos, e a pré-escola, dos quatro aos cinco anos de idade, a qual é reconhecida como direito fundamental de eficácia plena e de aplicabilidade imediata. Desse modo, a tese fixada pelo STF poderá ser aplicada em diversos casos que possuem a mesma temática, tanto nos processos que já foram judicializados, quanto naqueles que ainda serão levados à apreciação do Poder Judiciário, sendo de extrema relevância para toda a sociedade brasileira, já que restou reconhecida a repercussão geral. Isto porque, inúmeras são as pessoas que estão em condição de vulnerabilidade econômica, que formam uma parte considerável da população brasileira, e que dependem das instituições públicas para que os genitores/tutores responsáveis pelos menores possam buscar o sustento familiar. Contudo, questiona-se a colisão entre o direito universal à educação e o descumprimento dos mandamentos constitucionais pelos municípios sob o ponto de vista econômico e jurídico, problemática a ser enfrentada na análise meritória pelo STF. Para se chegar à resposta do problema apresentado, a metodologia empregada no estudo utilizou-se do método dedutivo de natureza aplicada por meio de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo através da técnica bibliográfica. O resultado alcançado demonstrou que os municípios não podem se escusar de providenciar vaga para uma criança com o argumento de ausência de recursos financeiros, tendo em vista que isso seria negar um direito constitucionalmente indisponível. Além do mais, é fundamental para o desenvolvimento cognitivo do infante o acesso à educação infantil, o qual ocorre, inclusive, por meio de equipe multidisciplinar de pedagogos, psicólogos, nutricionistas, educadores e auxiliares administrativos. Constatou-se, ainda, que a oferta de creche e pré-escola é imprescindível para asseguras às mães segurança no exercício do direito ao trabalho e à família, uma vez que as mulheres possuem uma maior vulnerabilidade em relação aos homens para conciliarem os projetos de vida pessoal, familiar e laboral, como destacado pela Ministra Presidente do STF, Rosa Maria Pires Weber. Portanto, ainda que possa existir uma colisão de direitos fundamentais, o poder público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica.

Palavras-chave: Direitos humanos; Educação infantil; Supremo Tribunal Federal.

A PEDAGOGIA DO SOFRIMENTO: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A CRÍTICA DE VEENA DAS

Gabriel Soares Messias
Graduando em Direito, Universidade Estadual do Tocantins - Campus Palmas
gabrielsoaresmessias2020@gmail.com

Resumo: Veena Das é uma antropóloga indiana que desenvolve seu trabalho a partir do estudo de violências sofridas por mulheres na Índia a partir da morte da Primeira-Ministra Indira Gandhi. Um dos pensamentos centrais de sua pesquisa, o qual este estudo irá se apoiar é a compreensão que o conhecimento humano é fundado em atos da vida real, isto é, o conhecimento a partir da perspectiva que produz vítimas, reconhece-as como tal e se propõe a falar com a vítima real e/ou pela vítima. Tal premissa implica crítica ao preceito acadêmico de neutralidade da educação, não em defesa da educação como instrumento de transmissão de valores, mas no entendimento que a educação possui perspectiva predeterminada por compreensões distintas. A autora não propõem um modelo educacional, entretanto apresenta questionamentos sobre as categorias de moral, educação e sofrimento humano expressados culturalmente, dos quais se pode extrair iguais indagações para a educação em direitos humanos. Desse modo, o objetivo é apontar contribuições através de convergência, possibilidades e inspirações, através da relação entre produção de conhecimento e as categorias de dor, sofrimento e violências propostos pela autora. A obra condutora desta abordagem é a obra "Vida e Palavras: A violência e sua descida ao ordinário" de onde serão extraídas as observações apontadas pela autora, que subsequentemente serão transplantadas para o estudo da educação em direitos humanos. Isso posto, espera-se conhecimento de teorias críticas emergentes e para a reflexão sobre como é possível apropriar-se destas, repensando o conflito entre educações funcionalmente reprodutivas do sistema e pedagogias revolucionárias e críticas.

Palavras-chave: Dor. Sofrimento. Violência.

O PAPEL DA LITERATURA COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO CRÍTICA NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Franqueslane Ferreira de Lima
Doutoranda em Linguística e Literatura/Universade Federal do Norte do Tocantins-Campus de Araguaína
franqueslane@gmail.com

Marco Djalma Miranda da Silva
Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão /Secretaria Municipal de Educação de Aliança do Tocantins, Gestor Escolar marcodjalma@hotmailcom

Núria Américo de Azevedo
Mestre em Ciências Florestais e Ambientais/Universade Federal do Tocantins, Campus de urupi americonuria7@gmail.com

Resumo: O presente trabalho visa contribuir para a discussão sobre a importância da literatura na formação do letramento racial crítico na perspectiva de uma educação antirracista, apresentando algumas reflexões sobre o trabalho desenvolvido por professores do Ensino Médio. A discussão perpassa tanto pelo método da revisão bibliográfica quanto pela reflexão específica. O trabalho foi elaborado em torno da pesquisa transdisciplinar qualitativa na modalidade exploratória, trazendo a perspectiva do letramento racial mediado pela literatura no empoderamento das histórias e culturas africana, afro-brasileira e indígena de forma crítico reflexivo em ambientes escolares da educação básica pública. Demosntrando através desse processo de letramento literário que ninguém tenha que negar ou apagar sua identidade étnico- racial, inspirados pelas leis federais 10.639/03 ez 11.645/08 sobre o ensino de histórias e culturas africana, afro-brasileira e indígena, pelas ideias advindas das teorias de novos letramentos e multiletramentos (Cope; Kalantziz, 2000; Lankshear; Knobel, 2003; Rojo; Moura, 2013; Street, 2014; Rocha, 2012), Literatura infanto-juvenil (Abramovich, 1997; Aguiar et al, 1982; Arroyo, 1990; Coelho, 2000; 2002; Sousa, 2005), leitura e a prática (Lajolo, 2008; Lajolo; Zilberman, 1999; Martins, 2006; Zilberman, 2003). Nesse contexto, conclui-se que, esta é uma proposta pedagógica que vem para construir e indicar alternativas para a (re)construção da identidade racial dos alunos e dos professores como cidadãos-críticos conscientes de seus direitos e deveres nesse caleidoscópio racial que é o Brasil, segundo Silva (2015).

Palavras-chave: Ensino. Identidade. Letramento racial. Literatura.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	04 - Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	16 - Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Coordenador(a): Maria Tereza Ribas Sabará
Apresentação: Via Google Meet

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POLÍTICA NOS CURRÍCULOS EDUCACIONAIS BRASILEIRO PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ DOS ESTUDANTES

Lucas Sousa Sobrinho
Acadêmico do Curso de Direito/Unitins, Campus Augustinópolis
lucassobrinho@unitins.br

Orleane Evangelista de Santana
Doutora em Linguística pela UFRJ
orleane.es@untins.br

Resumo: A Constituição Federal Brasileira de 88, destaca que o preparo da pessoa para o exercício da cidadania é um dos principais objetivos do processo educacional no país, sendo este o dever do Estado e da família. Entretanto, os currículos educacionais brasileiros não têm uma disciplina específica para tratar dos assuntos sobre as instituições políticas, os valores democráticos e a prática da cidadania. Imaginemos a sociedade brasileira futura sem uma educação adequada para o exercício da cidadania durante sua vida. Como irão exercer tal papel sem ao menos ter um conhecimento mínimo sobre os conceitos básicos de política? Dessa maneira, tal deficiência põe em risco o pleno desenvolvimento do estudante perante o exercício da cidadania e a luta por políticas públicas em favor do melhoramento de vida. Esta pesquisa, objetiva analisar a importância da inserção da educação política nos componentes curriculares das escolas brasileiras para a formação cidadã do estudante. Para a consolidação deste trabalho, utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica, explicativa e descritiva, tendo como base fontes bibliográficas e documentais. Logo, com este estudo, esperamos despertar na comunidade educacional a importância da formação cidadã para o exercício de direitos e deveres, e ainda, constatar a relevância do letramento político na educação dos estudantes para tornarem adultos ativos capazes de lutarem por melhorias dentro do contexto vivido.

Palavras-chave: Educação Polícia. Cidadania. Políticas Públicas.

DIREITO À SAÚDE E À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS AUTISTAS: UMA VISÃO SOBRE A LITERATURA EXISTENTE

Edna dos Santos Santana
Acadêmica do 2º Período de Direito da Unitins, Campus de Paraíso do Tocantins
ednasantana@unitins.br

Jéssica Painkow Rosa Cavalcante
Doutoranda em Direito Público na Universidade do Vale do Rio dosSinos, Professora de Direito na Unitins, Campus de Paraíso do Tocantins
jessica.pr@unitins.br

Resumo: Trata-se de um projeto de pesquisa, quem tem foco de estudo as leis que garantem os direitos das pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e sua aplicação no Brasil. Esses direitos se relacionam diretamente com o acesso ao diagnóstico, bem como, aos tratamentos, terapias e a inclusão escolar, no trabalho e na sociedade como um todo. A importância desse tema está relacionado com o alto número de pessoas com TEA e a dificuldade destes pra efetivar seus direitos. Segundo a Associação Americana de Psiquiatria (American Psychiatric Association - PAS), o autismo, é uma desordem do desenvolvimento caracterizada pelo déficit de comunicação verbal/não verbal, interação social/emocional e comportamentos/interesses/atividades repetitivas, manifestadas precocemente principalmente entre 12 e 24 meses, com prejuízo social e ocupacional. Não são explicados por deficiência intelectual e há uma grande diversidade na forma de como esse transtorno se manifesta, bem como nos níveis de severidade dos sintomas, podem ocorrer também outras doenças associadas, tais como epilepsia, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), depressão e transtornos do sono. A legislação sobre o TEA tem avançado, com leis tal como: a lei nº. 10.048/2000 que garante à pessoa com autismo prioridade no atendimento, a lei nº. 13.370/2016 que reduz a jornada de trabalho de servidores públicos com filhos autistas, sem redução salarial, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº. 13.146/2015) e a Lei Romeo Mion (Lei nº. 13.977/2020) cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. O objetivo central nesse estudo se faz em discutir como estão sendo efetivados os direitos positivados das pessoas com TEA nas áreas de saúde e educação, contribuindo assim para a melhoria do acessos desses direitos e consequentemente na qualidade de vida. Trata-se de um estudo do tipo revisão de literatura, onde serão pesquisados e discutidos os dados com base na ocorrência das leis e de avanços e retrocessos encontrados na literatura científica. Acredita-se que o advento de leis que tratam do tema constituem de suma importância para a garantia e efetividade dos direitos fundamentais constitucionais de acesso à saúde e à educação para pessoas com TEA, e, com análise de dados públicos, pretende-se caracterizar a relação entre o crescimento do acesso das pessoas com TEA às garantias fundamentais e a melhoria da qualidade de vida, quando se relaciona com o principio da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Autismo. Legislação. Efetividade.

FAMÍLIA E ESCOLA: ESTREITANDO OS LAÇOS

Seila Sousa dos S. Ferreira
Mestranda em Educação (UFT), Professora da rede municipal de ensino de Miracema.
seilaferreira.sousa@gmail.com

Maria de Lourdes L. Macedo
Doutoranda em Educação (EDUCANORTE), Professora da rede estadual de ensino do TO.
malutocantins@gmail.com

Jocyleia Santana dos Santos
Pós-doutorado em Educação/UEPA, Professora e coordenadora dos cursos de Mestrado
Doutorado em Educação (UFT).
jocyleiasantana@gmail.com

Resumo: O estudo foi desenvolvido em escolas da rede municipal de Miracema do Estado do Tocantins no ano de 2019. Teve como objetivo estreitar os laços entre escola e as famílias dos estudantes, desenvolvendo ações de integração educacional e social. Nesse sentido, verificou-se que as escolas devem realizar atividades de integração e de acolhimento que cativem e gerem interesse nos pais. Em contrapartida, as famílias precisam organizar suas rotinas para participarem de todas as atividades e incentivar o desenvolvimento dos seus filhos. No entanto, percebe-se, nos dias atuais, que a família ainda transfere à escola a responsabilidade de educar crianças e adolescentes. Diante disso, é necessário que a escola colabore para ser um espaço democrático, com uma visão que demonstre a importância da interação, com os portões abertos para receber a comunidade e à disposição para discutir ações, a fim de aproximar pais e comunidade. O Projeto foi desenvolvido, por meio da apresentação de palestras, versando sobre temas do cotidiano com foco em drogas, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissível - DST, tabagismo e o papel dos pais/responsáveis e da escola, bem como sobre a Rede de Proteção e os respectivos serviços disponibilizados pelas instituições que a compõem, sob uma perspectiva de democratizar a informação e promover a garantia de direitos. No referido Projeto, houve a participação e envolvimento de órgãos representativos como: Secretaria de Educação Municipal, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Secretaria de Saúde, Secretaria de Ação Social, outras secretarias municipais, lideranças comunitárias e religiosas, membros do Ministério Público, Conselho Tutelar, Conselho de Alimentação Escolar, Polícia Militar, Assistente Social do Município e Psicólogo (a) do Município, dentre outros. Dessa forma, constatou-se uma participação efetiva dos pais dos estudantes no Projeto, ressaltando que grande parte do progresso e sucesso do estudante na escola está relacionado à participação dos pais e de toda a comunidade escolar nessa jornada de ensino e aprendizagem, haja vista que, quando todos caminham juntos, a escola cumpre o seu papel e os estudantes ampliam a possibilidade de aprender efetivamente e com mais qualidade.

Palavras-chave: Família e Escola. Educação. Participação Social.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NO LEGISLATIVO ESTADUAL DO TOCANTINS[1]

Geovana Borges Soares
Graduanda do curso de Direito pela Universidade Estadual do Tocantins, Câmpus Palmas
geovanaborges@unitins.br

Maria Tereza Ribas Sabará
Cientista Social, Mestre, Universidade Estadual do Tocantins, Câmpus Palmas
maria.ts@unitins.br

Resumo: O combate ao uso abusivo e da dependência de drogas extrapola os limites da questão da saúde pública e da assistência social, se relacionando intimamente a violência urbana e se institucionalizada o que se chama por guerra às drogas. Nesse sentido, verifica-se a prevalência de duas estratégias de combate, sendo o proibicionistas ou de redução de danos, com notório fortalecimento de discursos punitivistas e proibicionistas na sociedade brasileira, que legitima o paradigma da militarização destas políticas públicas. Ainda, ao se discutir sobre a temática das drogas, é possível perceber sua relação com as transformações que decorrem de ciclos econômicos, tecnológicos, demográficos, sociais e culturais. Ademais, uma vez que o parlamento tem como principal função fazer reverberar os diferentes interesses da população, a Assembleia Legislativa do Tocantins, pode expressar em seu discurso concordâncias ou discordâncias com essas diferentes estratégias, elucidando como a problemática é operacionalizada localmente e regionalmente. Assim, ao analisar as produções legislativas da Aleto, é possível observar se sua atuação pauta por uma postura mais inovativa, criativa, dialógica ou se é marcada por características presentes em outros parlamentos estaduais, como o paroquialismo, o generalismo de proposições ou a apresentação de matérias acessórias de pouca envergadura e impacto social. A partir do exposto, o presente trabalho objetiva analisar a produção legislativa na temática de álcool e outras drogas na Assembleia Legislativa do Tocantins, identificando se os discursos e narrativas a respeito das políticas de controle do uso abusivo de álcool e outras drogas estão alicerçados em uma visão punitivista ou de redução de danos. Para tanto, serão utilizados dois métodos de pesquisa. Primeiramente, será realizada uma revisão sistemática sobre a temática de álcool e outras drogas, o que possibilitará um levantamento bibliográfico mais robusto. Ainda, será realizada uma análise documental acerca dos projetos de lei referentes ao tema de álcool e outras drogas, conduzida no sistema de consulta pública da Assembleia Legislativa do Tocantins, como o Legis e SAPL, juntamente com a pesquisa nos diários oficiais da Casa Legislativa. Posto isto, espera-se identificar os discursos a respeito das políticas de controle do uso abusivo de álcool e outras drogas presentes nas proposições legislativas do estado do Tocantins, evidenciando ainda os grupos de interesse dentro do legislativo (partidos e/ou blocos) que se destacam da produção/discussão de políticas de drogas no âmbito do legislativo.

Palavras-chave: Guerra às Drogas. Punitivismo. Políticas Públicas. Assembleia Legislativa.

1 O presente resumo é fruto de projeto de pesquisa submetido ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

RESSOCIALIZAÇÃO FEMININA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA APLICABILIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO PREVENÇÃO À REINCIDÊNCIA

Nielly Santos da Fonseca
Graduanda, Universidade Estadual do Tocantins, Curso de Direito
niellyfonseca135@gmail.com

Marysa Barros da Silva Saraiva
Graduanda, Universidade Estadual do Tocantins, Curso de Direito
marysabsaraiva@gmail.com

Maria Tereza Ribas Sabará
Socióloga e Cientista Política, Professora Mestre na Universidade Estadual do Tocantins maria.ts@unitins.br

Resumo: Tratando-se de cárcere feminino, é perceptível o padrão de mulheres que se encontram nessa situação, em sua maioria são negras ou pardas, com baixo nível de escolaridade e em estado de pobreza, dado que, de 1.3 bilhão de pessoas em situação de pobreza, 70% são mulheres, ademais, a influência do parceiro é determinante para a inserção na criminalidade (Fiocruz, 2019). O crime com maior incidência é o de tráfico de drogas, por não exigir técnica ou qualificação, limite mínimo de idade e proporcionar frutos imediatos (INFOPEN, 2018). Como efeito, as prisões brasileiras apresentam a quinta maior população carcerária feminina do mundo, com cerca de 37,2 mil mulheres presas (SUL21, 2022). Nesse diapasão, para reverter essa realidade é necessário investir em políticas públicas que atendam as necessidades das ex- detentas e suas famílias, a fim de ressocializar para prevenir a reincidência. Com o acarretamento da superlotação nas penitenciárias e a falta de recursos e investimentos transformam o sistema carcerário em um ambiente desumano, de forma mais acentuada à mulher, uma vez que esta necessita de cuidados quanto à dignidade menstrual ou quando na condição de mãe, gestante ou lactante, tendo em vista que, a problemática não se limita ao cárcere devido ao não acolhimento social e profissional, que promove a reincidência na criminalidade. Para realizar análises acerca das políticas públicas de ressocialização a nível local e regional, é fundamental entender quais as lacunas existentes na bibliografia, quais os temas mais trabalhados, quais os indicadores mais utilizados, bem como as estratégias consolidadas de observação e pesquisa deste fenômeno. Dessa forma, essa pesquisa tem como escopo perceber como a literatura trabalha o tema das políticas públicas de ressocialização de mulheres no Brasil, realizando o levantamento dos artigos científicos publicados acerca do tema para identificar as abordagens teóricas mais utilizadas, bem como divergências, consensos e metodologias mais utilizadas. Considerando que no estado do Tocantins não foram constatadas publicações científicas que tratam do tema, optou-se pela realização de revisão sistemática que abarque o tema em todo o país, de forma a possibilitar uma sistematização dos dados que auxilie futuramente no desenho de pesquisas empíricas sobre a temática no estado. Para tanto, definiu-se um recorte temporal de 10 anos, focando em publicações disponibilizadas pela Plataforma Scielo caracterizadas pela aderência às áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. Para o levantamento de artigos científicos serão utilizados os seguintes descritores: encarceramento, políticas públicas, ressocialização, gênero e reincidência. Pretende-se como resultado proferir mais visibilidade para o problema em questão, para que seja de conhecimento social a responsabilidade do Estado na criação e aplicação política públicas de maneira eficaz.

Palavras-chave: Cárcere. Ressocialização. Mulher. Reincidência. Políticas

	04 - Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.		16 - Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Coordenador(a): Soely Kunz Cericatto e Leda
Apresentação: Via Google Meet

O IDOSO COMO SUJEITO DO CONHECIMENTO

Giselle Carmo Maia
Especialista em Planejamento e Gestão de Projetos Sociais (Unitins) e
Formação em Educação a Distância (Unip).
gm_5378@hotmail.com

Resumo: Uma das peculiaridades da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a diversidade temática. Os reflexos desse fenômeno incluem experiências de vidas passadas, interesses, fatores motivacionais e a mobilização de processos cognitivos, estilos individuais e ritmos de aprendizagem de cada indivíduo, referências culturais, condições de gênero e outros aspectos da identidade de cada indivíduo. Agregando relevância da faixa etária ao universo de detalhes do público da EJA, pois as experiências durante um determinado período ou ciclo de vida influenciam a estrutura de cada indivíduo. Referimo-nos a grupos etários, períodos ou ciclos de vida. Ao invés de aderir a uma perspectiva biológica, psicológica e lógica na construção do desenvolvimento humano por excelência, considera a importância histórica e cultural do contexto, a especificidade histórica e as experiências de cada sujeito, sua identidade, seus métodos de ensino e conhecimentos. Tendo em vista que há representantes de idosos incapazes de produzir bens e serviços, fator de marginalização dos cidadãos devido à avaliação social da produtividade individual levando a um duplo movimento, a desvalorização e ocultação dos sujeitos avançados. Em sujeitos mais velhos da classe trabalhadora, a experiência de desaparecimento e desvalorização contínua a fazer parte do caminho da privação, incluindo o direito de ir à escola, mesmo em tenra idade. No entanto, com a adesão à EJA, propõe-se a substituição desse direito, como afirmação pública de tornar-se visível, e como alternativa à visão socialmente construída e padronizada das escolas como espaços de aprendizagem exclusivos para crianças e jovens. Refletir sobre a aprendizagem dos idosos implica relacionar a sua aprendizagem com experiências formativas relacionadas com as suas aspirações, experiências e perspectivas, ou seja, imaginar a educação como um processo relacionado à vida, ao bem-estar das pessoas e à cidadania, como uma imersão crítica e ativa no mundo. Em algumas escolas do Brasil, as diferenças entre os velhos, os adultos, os jovens e até os jovens não são de forma alguma um obstáculo no processo educacional, mas um desafio comum para democratizar, interpretar e moldar a existência humana na sociedade e no meio ambiente.

Palavras-chaves: Idoso. EJA. Direito.

CURRÍCULO DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE DE PALMAS-TOCANTINS

Glauce Gonçalves da Silva Gomes
Pós-graduada em Supervisão e Orientação Educacional,
professora da rede estadual de ensino do Tocantins.
glaucegomes@seduc.to.gov.br

Maria de Lourdes L.Macedo
Doutoranda em Educação Educanorte-UFT.
malutocantins@gmail.com

Neila Osório Barbosa
Pós-Doutora em Educação pela UEPA/PA e
Doutora em Ciência do Movimento Humano pela UFSM/RS.
neilaosorio@uft.edu.br

Resumo: Este estudo se debruçou sobre o objetivo de discutir a proposta curricular e a prática dos professores da Universidade da Maturidade-UMA do Curso Educador político social do envelhecimento. A UMA refere-se ao público atendido nessa graduação: velhos e velhas. Dessa forma, questiona-se em relação à construção do currículo desse Curso para essa formação. A pesquisa foi desenvolvida nos períodos entre agosto de 2016 a março de 2017. Foi utilizado o método dialético em uma abordagem qualitativa, descritiva, de estudo de caso, com aplicação de questionários e entrevista. Os participantes, desse estudo, foram 05 professores e a presidente da Universidade da Maturidade do campus de Palmas/TO. A relevância da pesquisa foi conhecer o trabalho educacional e social da UMA, bem como a construção e o desenvolvimento do currículo na formação e valoração do velho (a). A revolucionária escritora Simone de Beauvoir, (1990), em sua obra "A velhice", traz um relato sobre a longevidade, expondo a respeito dos centenários que viviam na França em 1959. Destaca que "a maioria dos indivíduos deste grupo arquitetam para futuros planos precisos, interessam-se pelos assuntos públicos, manifestam entusiasmo juvenis, (...) perfeita saúde intelectual, são otimistas, não exprimem medo da morte". Com tais considerações, Beauvoir demonstra a capacidade dos indivíduos da maturidade no desenvolvimento intelectual e social e o potencial de mudança proposto por eles. Os resultados do estudo trouxeram: um "novo olhar" do educador sobre o currículo e, em especial, sobre a velhice; a construção de um currículo, ou seja, um projeto seletivo de cultura, social, política e administrativamente condicionado, que atende as necessidades formativas desses estudantes, pretendida pela Universidade da Maturidade. Portanto, uma produção de um currículo construída de forma coletiva, pelos docentes e acadêmicos, em consonância com a proposta pedagógica da UMA.

Palavras-chave: Currículo. Universidade da Maturidade. Envelhecimento Humano.

ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: UMA ESTRATÉGIA PARA VIVER MAIS

Wesquisley Vidal De Santana
Doutorando em Educação- Rede EDUCANORTE e Mestre em Ensino em Ciências e Saúde PPGECS-UFT Coordenador do Programa Universidade da Maturidade – UMA/UFT Pólo Dianópolis-TO.
wesquisley_santana@hotmail.com

Neila Barbosa Osório
Pós- Doutorado em Educação pela UEPA/PA. Doutora em Ciência do Movimento Humano pela UFSM/RS.
Coordenadora do Programa Universidade da Maturidade – UMA/UFT.
Professora no Mestrado Acadêmico em Educação- PPGE/UFT.
Professora do Doutorado em Educação na Amazônia
Rede EDUCANORTE/PGDEA.
neilaosorio@mail.uft.edu.br

Soely Kunz Cericatto
Mestre em Educação pela UFT/TO. Professora na Unitins e
Coordenadora do GT-PIEH/NedihProex/Unitins
soely.kc@unitins.br

Resumo: Segundo a declaração da Assembléia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2020, a Década do Envelhecimento Saudável nas Américas (2021 – 2030) é considerada a principal estratégia Global sobre o Envelhecimento e Saúde da OMS – Organização Mundial de Saúde. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), fez a adaptação da marca universal sobre a década do envelhecimento saudável nas Américas, dividiu em quatro áreas de ação a saber: a primeira trata de como o ser humano pensa, sente e age em relação a sua idade e sobre o envelhecimento; a segunda é garantir que as comunidades promovem as capacidades das pessoas idosas; a terceira é promover serviços de cuidado, atenção primária à Saúde, centrados na Pessoa Idosa, e a quarta é propiciar o acesso e cuidados as pessoas idosas. Diante dessa realidade, a nova forma de viver a vida e se tornar saudável, foi um dos caminhos para se chegar à velhice com autonomia e independência através da prática de atividade física, a maioria das pessoas podem esperar viver muito mais do que gerações passadas. O estudo, apresenta que a atividade física aumenta a expectativa de vida melhora a qualidade de vida, e destaca que a longevidade é uma conquista da evolução da ciência e dos cuidados com a saúde no mundo todo. O objetivo do estudo foi buscar dados a respeito do envelhecimento saudável e diversas estratégias elencadas para ter uma vida longa. Para a metodologia do trabalho optou-se pela pesquisa de cunho bibliográfico de abordagem qualitativa, descritiva, tendo como base livros, artigos, revistas, produção sobre a década do envelhecimento publicado na Internet. Os resultados e pesquisas apontam claramente que diversos fatores podem ocorrer como problemas enfrentados pela velhice que podem ser empecilho para ter uma vida longa e saudável. Sabemos que sem a prática de atividades físicas surgem as comorbidades prejudicando a qualidade de vida dos idosos. Outros problemas relacionados à saúde afetam a velhice, no quesito social, dificuldade financeira, sem condições básicas para uma vida digna. Pesquisas comprovam também que o exercício físico reduz o estresse combate a depressão, promove disposição e independência do idoso, diminui riscos com a sarcopenia, ajuda a fortalecer o cérebro retarda o envelhecimento como previne a Doença de Alzheimer. Concluímos que a década do envelhecimento saudável é uma iniciativa que pretende reunir Governos, Sociedade civil, profissionais, academias, mídias, setor privado, agências internacionais para melhorar a vida das pessoas idosas, da suas famílias e das comunidades que vivem, com isso surgiu os quatro pilares que tem como base o cuidado ao longo da vida, cuidado Integrado, o outro pilar é combater preconceitos e ambientes amigáveis aos idosos. As contribuições evidenciadas são suficientes para destacar que as atividades físicas promovem independência, autonomia dos idosos e que a década do envelhecimento saudável (2021-2030), é a principal estratégia atual para alcançar e apoiar ações para construir uma sociedade para todas as idades, com mais saúde e oportunidades para promover o envelhecimento saudável e melhorar a vida das pessoas idosas, das suas famílias e comunidades.

Palavras-chave: Envelhecimento Saudável. Atividades Físicas. Autonomia.

OS PERCALÇOS DA LINGUAGEM INTERGERACIONAL EM AÇÕES EXTENSIONISTAS COM PESSOAS IDOSAS

Lucas Barbosa Rodrigues
Graduando em Direito/Câmpus Paraiso/Unitins – Extensionista do Projeto Pensar Direito
lucasbarbosa@unitins.br

Pedro Henrique Cezar de Oliveira
Graduando em Direito/Câmpus Paraiso/Unitins – Extensionista do Projeto Pensar Direito
pedrocezar@unitins.br

Sheyla Paranaguá
Mestra(UFBA), Professora na Unitins - Câmpus Paraíso/Coordenadora do Projeto
Pensar Direito - Eixo Pessoas Idosas
Sheyla.ps@unitins.br

Resumo: A partir da inserção no projeto de extensão Pensar Direito – eixo pessoa idosa, realizado no Centro de Convivência Centro de Convivência dos Idosos Francisca Gomes Lima, em Paraíso- TO, no qual aplicamos a ação extensionista Afinidade Digital percebemos o quanto era/é complexo realizar uma oficina sobre comunicabilidade digital - ensinar as pessoas idosa a utilizarem o celular -, pois durante o projeto, nas diversas reuniões com as pessoas idosas, observamos que muitos não compreendiam o que era dito nas exposições. Inclusive, não compreendiam as funcionalidades, tampouco termos tais como: rede, app, software, entre outros, utilizados nas apresentações, para explicar sobre o uso dos smartphones, apesar de nós tentarmos simplificar ao máximo com analogias e reminiscências. Tal fato gerou uma espécie de obstáculo na comunicação intergeracional, já que para nós, extensionistas, as palavras assim como as funções eram/são utilizadas corriqueiramente. Com as reflexões em grupo, percebemos que a possível barreira na linguagem não está vinculada a condição de ser pessoa idosa, mas sim relacionada aos impactos gerados pelos determinantes e condicionantes sociais, a exemplo da: hipossuficiência, baixa escolaridade e, pouco capital social que corroboram para o acesso à tecnologia tardiamente. Embora estejamos ainda nos primeiros semestres da graduação, este embrolho na comunicação poderá atingir o exercício profissional, culminando em prejuízos para as pessoas leigas, escolarizadas ou não, trazendo-lhes constrangimento, assim como ampliando a descredibilidade destas no sistema de justiça. Neste sentido, resolvemos desenvolver uma pesquisa acerca dos impactos da utilização estrita da linguagem forense/jurídica na efetivação dos direitos das pessoas idosas. Tendo como o principal objetivo apresentar os argumentos de resolutividade utilizados pelos(as) juristas/autores(as) frente às lacunas/ruídos na comunicabilidade e consequentemente prejuízos na efetivação dos direitos de pessoas idosas pelos operadores do Direito não transformarem seu pensamento forense em linguagem coloquial. Deste modo, utilizaremos da pesquisa exploratória, da metodologia qualitativa, da análise de conteúdo em artigos publicados sobre a referida temática, entre os anos de 2005 até 2020 nas principais bases de dados científicos específicos da área jurídica. Assim, entendendo que investir na inclusão digital para pessoas idosas é uma das forma de fortalecer a cidadania e de promover mais qualidade de vida, esperamos como resultado a sistematização do conteúdo encontrado elaborar uma revisão integrativa de literatura, que além do quadro teórico analítico, comporá sugestões para coibir o preconceito linguístico ou etarismo que inibem, ainda mais, a participação social deste segmento etário.

Palavras-chave: Linguagem Intergeracional. Direito. Pessoa Idosa. Extensão.

ETARISMOS NO AMBIENTE TRABALHO NO BRASIL: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA TRANSMISSORA DE INFORMAÇÕES

Sheyla Paranaguá
Mestra(UFBA), Professora na Unitins - Campus Paraíso/Coordenadora do Projeto Pensar Direito - Eixo Pessoas Idosas
sheyla.ps@unitins.br

Ludymilla da Silva Viana
Graduando em Direito/Câmpus Paraiso/Unitins – Extensionista do Projeto Pensar Direito

Anna Vitória Nunes Lopes
Graduando em Direito/Câmpus Paraiso/Unitins – Extensionista do Projeto Pensar Direito
annavitoria@unitins.br

Resumo: Embora a Pandemia do Covid-19 esteja controlada no Brasil, à condição da pessoa idosa como provedora principal da família mantém-se, ora pela dificuldade de inserção dos jovens da parentela no mercado trabalho, ora pela instabilidade empregatícia e financeira destes frente à reestruturação produtiva. Colocando assim, a renda estável – aposentadorias e pensões – das pessoas idosas em disponibilidade familar. A referida situação pôde ser acompanhada, inclusive, durante a ação Afinidade Digital, realizada pelo projeto Pensar Direito - eixo pessoa idosa, no Centro de Convivência dos Idosos Francisca Gomes Lima, em Paraíso - TO, no qual das vinte e duas pessoas idosas entrevistadas para participar da oficina, sobre tecnologia e comunicabilidade no celular, 83% são provedoras principais da família, destacando que destas 20%, necessitaram retornar ao mercado de trabalho para completar a renda familiar. Deste modo, ao iniciarmos os estudos sobre o direito social de recolocação no mercado de trabalho das pessoas idosas, deparamo-nos com um estudo da Sociedade Brasileria de Geriatria e Gerontologia (SBGG) acerca do fenomêno do etarismo no ambiente de trabalho. Ao buscarmos informações na literatura usual da graduação em direito, percebemos uma lacuna sobre a referida temática. Deste modo, resolvemos pesquisar quais são os fatores apresentados na literatura como responsáveis pela manutenção do etarismo no ambiente de trabalho no Brasil. A partir desta pesquisa objetivamos conhecer quais os motivos que fomentam o etarismo no ambiente de trabalho no Brasil. Para tanto, através da pesquisa exploratória e qualitativa, realizaremos primeiramente, uma revisão integrativa de literatura nos principais períodicos jurídicos e da gerontologia social crítica. Para concluir, esperamos que tal pesquisa resulte em contribuição teórica tanto na formação acadêmica/profissional de outros colegas – através da construção de uma artigo ciêntifico –, bem como numa ferramenta transmissora de informações sobre a temática para a sociedade, mediante a construção de uma cartilha (impressa e digital) em parceria com entidades da sociedade civil, referente a prevenção ao etarismo no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Pessoa Idosa. Mercado de Trabalho. Etarismo. Extensão.

JARDIM SENSORIAL NA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE-PALMAS-TO

Euler Rui Barbosa Tavares
Doutorando em educação do programa EDUCANORTE
euler.tavares@ifto.edu.br

Bartolomeu MouraJúnior
Professor da rede estadual de educação de Palmeirópolis
moura_junior100@hotmail.com

Neila Barbosa Osório.
Pós- Doutorado em Educação pela UEPA/PA. Doutora em Ciência do Movimento Humano pela UFSM/RS. Coordenadora do Programa Universidade da Maturidade – UMA/UFT.
Professora no Mestrado Acadêmico em Educação- PPGE/UFT.
Professora do Doutorado em Educação na Amazônia
Rede EDUCANORTE/PGDEA
neilaosorio@uft.edu.br

Resumo: O estudo teve como objetivo apresentar a relevância do jardim sensorial como ferramenta de inclusão e um espaço de estudo para a diversidade geracional no campus Palmas da Universidade Federal do Tocantins. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram realizados estudos, norteados pela fenomenologia, sobre a construção de um jardim sensorial na Universidade da Maturidade na perspectiva de se tornar um espaço de inclusão para a diversidade geracional e um ambiente sustentável no contexto da Amazônia. A construção metodológica foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios, revisão de literatura e análise documental. Nesse sentido, a fenomenologia é, afinal, um método de aprendizagem diretamente relacionado à experiência cultural e, em essência, atento ao problema do sentido da existência. Assim, todos nós somos aprendizes em relação ao outro, haja vista que somos, constantemente, desafiados a nos tornar mais plenamente sujeitos de nossa própria história, de nosso próprio discurso intercultural e intergeracional. Os sujeitos da investigação foram os acadêmicos velhos da UMA e da Uni Católica do Município de Palmas/TO. O jardim sensorial, da Universidade da Maturidade (UMA), é localizado no espaço físico da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Palmas. O projeto do referido jardim, parceria da UFT com a UniCatólica Tocantins, foi construído por estudantes do Curso de Engenharia, no primeiro semestre de 2022. Os resultados indicam disposição pessoal dos professores em buscar os conhecimentos necessários e desenvolver metodologias adequadas para incluir os discentes velhos, jovens e crianças com deficiência, frequentadores ou não da UMA em Palmas - Tocantins.

Palavras-chave: Jardim Sensorial. Intergeracionalidade. Educação Inclusiva.

16 - Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Coordenador(a): Ana Paula de Souza Baganha
Apresentação: Via Google Meet

CONSTRUÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO SISTEMANACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE)

Valdenia Santos Silva
Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Tocantins
valdeniasilva@unitins.br

Resumo: O presente trabalho versa sobre a construção e configuração da proposta pedagógica do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituido por meio da lei 12.594/12, sendo um amparo à lei 8.069/90 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), amaparando as crianças e adolescente a proteção integral. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE visa proporcionar um atendimento adequado aos adolescentes autores de ato infracional, embasado nas leis, no direito modernizado e no atendimento humanizado para esses indivíduos, assegurando estruturas e ferramentas que contribuam em sua educação e ressocialização. O SINASE visa tambem à provisão de vagas para o atendimento às medidas socioeducativas por meio de implementação, ampliação, construção, reforma e equipagem de unidades de atendimentos socioeducativo (Núcleos de Atendimento Integral – NAI, unidades de internação e unidades de semiliberdade). Propõe-se discutir a proposta pedagogica do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), descrevendo os processos históricos de institucionalização do adolescente, bem como o encadeamento que trouxe até a contemporaneidade em seu novo modelo supostamente mais munido de direitos, mais assistencialista e humanista, como também investigar os indicadores sociais do atendimento socioeducativo no estado do Tocantins. Quanto à finalidade: o estudo se desenvolve de maneira qualitativa, com objetivos exploratórios a partir da análise dos materiais bibliográficos já publicados a respeito da tematica. Espera-se encontrar e sumariar dados mais objetivos que possam colaborar na melhoria e evolução desse sistema e sua proposta pedagógica.

Palavras-chave: Proposta Pedagógica. SINASE. Atendimento Socioeducativo. Institucionalização. Adolescente.

RETRATO DO TRABALHO INFANTIL NO ESTADO DO TOCANTINS

Mauri Antônio Silva
Doutor em Serviço Social pela UFSC. Professor do Curso de Serviço Social da Unitins.
mauri.as@unitins.br

Resumo: O Estado do Tocantins situado na região Norte do país composta pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins, conta com 277.720.412 km2 e uma população de 1.383.445 habitantes, com 78,8% da população vivendo nas áreas urbanas (IBGE, 2010 apud NASCIMENTO, 2019). A área total do Estado é de 277.423.630 km2 (2020) e a população estimada para 2021 foi de 1.607.363 pessoas. O IDH apurado em 2010 era de 0,699 e o rendimento domiciliar per capita é de R $1.060 em 2020 (grifos nossos). Na Síntese dos Indicadores Sociais de 2021 que analisou o Brasil e todos os Estados e cidades do IBGE o Estado apresenta 46,5% do mercado de trabalho formalizado, um rendimento médio por pessoa no trabalho principal de R $1.913, e um índice de Gini de 0,485. A agricultura é uma das principais atividades econômicas e o principal produto é a soja que ocupa 58% da área plantada (NASCIMENTO, 2019). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou um retrato das condições sociais do Tocantins no ano de 2020, registrando que 30,2% da população do estado viveu em situação de pobreza e 5,8% vivia em extrema pobreza. O trabalho infantil é proibido para menores de 16 anos e a partir dos 14 anos aceito como aprendiz. No Estado do Tocantins havia, em 2019, 18.969 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil. "Dado que a população estimada na faixa etária de 5 a 17 anos no estado era de 331.435 no mesmo ano, o universo de crianças e adolescentes trabalhadores equivalia a 5,7% do total de crianças e adolescentes do estado, acima da média nacional que era de 4,8% do total. As crianças e adolescentes trabalhadoras no Tocantins dedicaram 18,1 horas de seu tempo semanal em atividades laborais em 2019" exercendo trabalho como serviços domésticos, mecânicos e reparadores de veículos a motor, em restaurantes ou serviços de alimentação e bebidas, comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo (FNEPETI, 2020, p.1). Frente a esta gravíssima situação que interfere no pleno desenvolvimento psíquico, educacional e socioeconômico de crianças e adolescentes é necessário fortalecer políticas públicas de educação em tempo integral, políticas de transferências de renda para famílias pobres e garantia de geração de empregos dignos aos pais trabalhadores, bem como a fiscalização para erradicação do trabalho infantil nas formas proibidas em lei.

Palavras-chave: Trabalho Infantil. Estado do Tocantins. Crianças e Adolescentes.

A PROTEÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO NO BRASIL

Raimundo Sousa Neto
Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Tocantins – UFT
raimundosaraiva@uft.edu.br

Ana Patrícia Rodrigues Pimentel
Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela UFT e Professora Adjunta da UFT
ana.pr@uft.edu.br

Resumo: O presente artigo analisa a regulamentação do trabalho infantil artístico no ordenamento jurídico brasileiro com o fim de verificar se é possível a sua autorização ante à proibição constitucional, e como são resguardados os direitos protetivos à infância e juventude nesse caso. À luz de jurisprudências, discute se a competência para autorização do trabalho infantil pertence à justiça comum ou à justiça do trabalho. Este estudo teve como objetivo analisar a legislação e a jurisprudência direcionadas à temática. A pesquisa foi realizada por meio do método dedutivo, precipuamente pela análise bibliográfica e documental. Conclui que, em exceção à proibição ao trabalho infantil, é possível a autorização para o trabalho infantil artístico, que será dada individualmente pelo Juiz do Trabalho, responsável por determinar as condições em que esse labor ocorrerá, considerando a proteção da criança e seus direitos.

Palavras-chave: Proteção da Criança e do Adolescente. Relação de Trabalho. Trabalho Infantil Artístico.

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	02 - Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.	3 SAÚDE E BEM-ESTAR	03 - Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Coordenador(a): Graziele Cristina Lopes Ribeiro
Giliarde Benavinuto Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro N. e Gama
Apresentação: Via Google Meet

OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL E A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 95/2016

Vanessa de Castro Sobrinho
Graduanda em Direito/ Universidade Federal do Tocantins/Palmas, TO.
vanessadecastro337@gmail.com

Elton José Ribeiro
Graduando em Direito/ Universidade Federal do Tocantins/Palmas, TO.
eltonjoseribeiro@yahoo.com.br

Resumo: a presente pesquisa é uma investigação sobre a relação entre os Direitos Humanos e a Emenda Constitucional nº. 95/2016, examinando em que medida o Novo Regime Fiscal harmoniza-se com a eficácia dos Direitos Humanos, considerando o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que o Brasil é signatário. A pesquisa remete, ainda, ao Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em face da implementação de políticas públicas como instrumentos de efetivação dos Direitos Humanos. O objetivo da pesquisa é, então, o de compreender a relação existente entre os Direitos Humanos e a Emenda Constitucional 95/2016 aprovada pelo Congresso Nacional; assim como verificar a harmonia entre esse Novo Regime Fiscal e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Para alcançar esses objetivos, emprega-se uma metodologia de pesquisa bibliográfica e o cotejamento da referida legislação com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, buscando a síntese. O resultado é a desarmonia entre a Emenda Constitucional 95/2016, a Carta das Nações Unidas e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, tendo em vista ser, o Novo Regime Fiscal, restritivo aos investimentos sociais, sobretudo em educação, saúde e meio ambiente, com forte impacto nos Direitos Humanos, na ausência de consenso teórico e evidências históricas que versem sobre a eficácia de limites de gastos públicos por duas décadas, configurando, então, a Emenda Constitucional 95/2016 obstáculo que dificulta sobremaneira a concretização de políticas públicas, de modo que a conclusão subsequente à confirmação da hipótese é, assim, pela revisão da legislação, prevalecendo os compromissos assumidos pelo Brasil no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, tendo em vista a viabilização de políticas públicas capazes de promover a realização plena e constante dos Direitos Humanos no Brasil.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Políticas Públicas; Meio Ambiente; Saúde; Educação.

A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POSSIBILITAR A PERMANÊNCIA DE PCDs NA UNIVERSIDADE É ALICERÇADA PELA SEGREGAÇÃO DO GRUPO?

Júlia Cardoso e Almeida
Graduanda em Direito/Universidade Federal do Tocantins/Palmas-TO
cardoso.julia@mail.uft.edu.br

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo estudar, a partir do método dedutivo, as condições para o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior. Através da análise de políticas públicas vigentes ou ausentes na Universidade Federal do Tocantins, é questionada a influência da segregação de PCDs enquanto alicerce histórico para a omissão de universidades. A investigação de caráter descritivo terá enfoque na garantia de permanência universitária desse grupo social por parte da instituição de ensino, por meio da descrição dos caminhos para o acesso do deficiente ao ensino, explicando-se o uso de políticas voltadas para o ingresso e, também, que possibilitem ao estudante a continuidade do curso. Ademais, serão expostas as dificuldades ainda apresentadas pelo ambiente acadêmico para garantir a segurança física e psicológica dos alunos com deficiência uma vez ingressados, tais como irregularidades no piso ou falta de monitores e intérpretes. A problemática será desenvolvida através de uma pesquisa bibliográfica e documental pautada na aplicabilidade de atos normativos como a Lei de Inclusão e a Lei de Cotas. Após o levantamento das ações da UFT a fim de promover maior acessibilidade para seus estudantes, foi feito um aprofundamento nas iniciativas de acompanhamento dos alunos deficientes, bem como a análise de sua eficácia no ambiente estudantil e os impactos do excesso de burocracia para ter acesso as iniciativas oferecidas, ou para sugerir novas medidas inclusivas.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência; Universidade; Permanência.

A PERSISTÊNCIA DA FOME, AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS OU FALHA NA APLICABILIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE VISAM COMBATER TALDISPARIDADE?

Vitor Lopes Silva
Graduando em Direito/ Universidade Federal do Tocantins/ Palmas-TO
lopes.vitor@mail.uft.edu.br

Resumo: O presente estudo tem por objetivo analisar a persistência da fome no cenário contemporâneo tanto brasileiro como mundial, além de analisar a relação desse problema com as políticas de combate à fome. Consoante a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) com seus pactos para desenvolvimento sustentável que estabeleceu acordos para um progresso nos Direitos humanos, como, por exemplo: o objetivo 2 da cartilha de Revisão Periódica Universal (RPU), estabelece que:“ Até 2030 acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano”. No mundo políticas públicas para combater essa mazela social foram adotadas, a exemplo do Programa Mundial de Alimentos (PMA), sendo a maior agência mundial no combate à fome no mundo, o PMA visa garantir segurança alimentar as classes desfavorecidas economicamente, o PMA é uma agência integrada a ONU. No Brasil também foram adotadas políticas públicas como o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), esse instrumento público irá auxiliar o governo brasileiro na erradicação da fome no Brasil que irá promover o acompanhamento, o monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional no país, ademais no Brasil também foi empregada a emenda constitucional N 64 que incluiu a alimentação entre os direitos sociais para uma sadia qualidade de vida. No Brasil e no mundo a fome tem se aumentado de maneira exponencial, principalmente se analisarmos o contexto hodierno como um mundo assolado por uma pandemia, conflitos geopolíticos se intensificando como a guerra da Rússia e Ucrânia, de acordo com a ONU a fome no mundo cresceu cerca de 9,8 % sobre a população global e 29,3% se encontram em insegurança alimentar. Portanto, em virtudes dos fatos supracitados, cabe analisar a relação existente entre as políticas públicas no combate a essa adversidade social, constatou-se que ocorre uma falha na aplicabilidade de Políticas Públicas, tais projetos não são tão eficazes, pois tais projetos mesmo sendo aplicados não cessou a fome, o Brasil se restabeleceu novamente no ranking de países onde a população passa por uma grave crise no sistema de garantia alimentar, no mundo a conjuntura também não muda muito, o Relatório Estado da Segurança Alimentar e nutrição no mundo, 2022 apontou que o número de pessoas que são afetadas pela fome subiu para 821 milhões de pessoas, tais fatores citados anteriormente tiveram papel decisivo para se alavancar essa problemática ocasionando a persistência da fome no dispositivo global.

Palavras-chave: Brasil. Fome. Persistência. Políticas Públicas. Mundo.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A ATUAÇÃO DO BRASIL NO COMBATE A FOME

Gabriela Rodrigues Schmitt
Graduanda em Direito/ Universidade Federal do Tocantins/ Palmas, TO.
gabriela.schmitt@uft.edu.br

Marcela de Castro Pugliese Reis
Graduanda em Direito/ Universidade Federal do Tocantins/ Palmas, TO.
marcela.pugliese@uft.edu.br

Resumo: O Brasil é o quarto maior produtor agrícola do mundo e apresenta sua produção voltada principalmente para o mercado externo. Por sua vez, a agricultura familiar é a grande responsável pelo abastecimento de seu mercado interno. Então, a atenção deve estar voltada a alavancar esse tipo de produção de menor escala e familiar, visando a erradicação da fome no território brasileiro. Questiona-se, portanto, quais são as políticas desenvolvidas no país para o alcance da meta 2.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas - ODS 2. Objetiva-se, assim, estudar as políticas públicas implementadas para o cumprimento da meta no Brasil. Por meio de sua descrição, o objetivo 2.3 propõe que até 2030 deve-se dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, dos povos indígenas, dos agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, além de outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola. Por meio desta pesquisa intenciona-se identificar quais políticas públicas foram desenvolvidas, e de que forma se relacionam ao combate do agravamento da fome no Brasil, além de avaliar a existência de programas para a geração de emprego e renda, estímulo à agricultura familiar e disponibilização de recursos para a assistência social, entre outras. Com isso, é possível analisar algumas das ideias apresentadas em Plenário, além das ações e esforços brasileiros para que tal meta seja cumprida. A presente investigação possui cunho descritivo, e se desenvolverá por meio de pesquisas bibliográficas, e análise documental, utilizando o método comparativo. Espera-se compreender se o combate a fome no Brasil relacionado ao incentivo aos pequenos agricultores, responsáveis por colocar comida na mesa dos brasileiros, tem sido objeto de interesse dos governantes, com vistas ao cumprimento da meta até o final do seu prazo, no ano de 2030.

Palavras-chave: Fome. ODS. Políticas Públicas.

O USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL PARA ATINGR O CUMPRIMENTO DE METAS SOBRE DIREITOS HUMANOS

Plínio Cardoso de Oliveira
Graduando em Direito/Universidade Federal do Tocantins/Palmas, TO
plinioc7@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem o intuito de abordar o uso de tecnologias para alcançar as metas de direitos humanos estabelecidas para o Brasil. Questionando se as inovações tecnológicas podem ser utilizadas para ajudar a cumprir os índices humanitárias, levando em consideração as constantes inovações tecnológicas e da expansão da cobertura de Internet em locais que anteriormente eram considerados inóspitos. Dentro dessa perspectiva, com apoio nos procedimentos bibliográficos: livros, artigos de revistas e documental; observou-se que o Brasil até tem testado tecnologias alternativas para atingir metas específicas estabelecidas por acordos internacionais ao qual o Brasil se comprometeu a cumprir. Temos como exemplo o emprego de câmeras corporais acopladas ao fardamento dos agentes de segurança para diminuir o índice de violência policial; botão de pânico entregue às vitimas em situações de risco para melhorar o combate contra a violência doméstica, e também o monitoramento de apenados conhecido como tornozeleira eletrônica. Mas além da dificuldade corriqueira de se implantar um novo equipamento eletrônico ou sistema de informação, algumas dessas medidas tem sofrido críticas em relação aos seus efeitos, e assim lidando com oposição para serem difundidas para mais localidades; como o caso das câmeras corporais, alegando um efeito negativo no policiamento quando elas são empregadas.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Tecnologia da Informação; Metas; Acordos Internacionais.

A INTERNET COMO GARANTIA DO DIREITO HUMANO DE ACESSO AO PROGRESSO CIENTÍFICO

Eduardo Santana Queiroz Leali
Graduando em Direito/Universidade Federal do Tocantins/Palmas, TO
eduardosql11@gmail.com

Resumo: A pesquisa demonstrará o vínculo entre o direito humano de obtenção do progresso científico e do usufruto desse conhecimento, a partir da garantia de acesso à internet no Brasil, com base na análise do Art. 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse contexto investiga dentro da sociedade brasileira a maneira pela qual a utilização da internet se torna a principal fonte de apresentação das pesquisas científicas e, assim, está intrinsicamente ligada a obtenção do progresso científico. Também descreverá sobre o direito de acesso à internet como uma garantia para que o direito humano descrito no artigo citado seja totalmente cumprido. Outro ponto introduzido na pesquisa é o estudo das políticas adotadas pelo governo do Brasil que são feitas para possibilitar a efetivação desse direito e se estão produzindo resultados positivos para que ele seja satisfeito. Para essa investigação adotou-se uma pesquisa básica com uma metodologia de cunho descritivo, aliada com um viés documental de levantamento de dados para trazer uma noção de evolução do Art. 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos dentro do Brasil. Como resultado espera-se com a presente pesquisa revelar que a internet se torna um direito humano baseado no fundamento de obtenção do progresso científico, e que poucas atitudes vêm sendo tomadas pelo governo brasileiro para garantir o cumprimento desse princípio, e consequentemente, já traz malefícios para o desenvolvimento científico da população brasileira no cenário internacional.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Acesso. Internet. Progresso Científico.

O PAPEL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DURANTE A PANDEMIA

Manuela Rodrigues Luz
Graduanda em Direito/ Universidade Federal do Tocantins/Palmas, TO.
manuelaluz@outlook.com.br

Bianca Irgang Martins
Graduanda em Direito/ Universidade Federal do Tocantins/Palmas, TO.
biancairgangmartins@gmail.com

Resumo: a presente pesquisa abordará a capacidade do sistema de saúde público brasileiro no combate de frente ao vírus SARS-CoV-2, do ponto de vista dos direitos humanos. Objetiva-se por meio deste, investigar a eficiência do Sistema Único de Saúde (SUS) na efetivação do Direito à saúde e bem-estar em período pandêmico. Através de análise da relação harmônica entre o artigo 25 dos Direitos Humanos e os objetivos do SUS presentes na Lei 8.080 de 19/09/1990. Evidencia-se, ainda, em que proporção o Sistema Único de Saúde foi capaz de garantir esses direitos e objetivos, tendo em vista o eminente colapso do sistema de saúde brasileiro na pandemia. Bem como, destaca-se em que aspectos as medidas de gestão da saúde pública em época de crise foram incapazes ou eficazes. A fim de realizar essa pesquisa básica, utiliza-se uma metodologia de cunho descritivo, associada a um viés bibliográfico. Sendo assim, essa investigação estabelece a importância do Sistema Único de Saúde para a garantia do Direito à saúde na população brasileira, principalmente, em período pandêmico. Porém, levando em consideração, ainda, o impacto e diminuição de diversos serviços ofertados pelo SUS, devido crise sanitária e a má gestão do poder executivo em âmbito federal e estadual.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Saúde. SUS. Pandemia.

A IMPORTÂNCIA DA HUMANIZAÇÃO DAS EMPRESAS

Eduardo Nunes Leal e Silva
Graduando do curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins (UFT) -Câmpus de Palmas
eduardo.nunes@gmail.uft.edu.br

Resumo: Nos últimos anos, as organizações têm se flexibilizado para gerar valor compartilhado entre as partes envolvidas e o meio social. Assim, ganham destaque ações como a humanização nas empresas, que mudam totalmente a relação entre a empresa, seus colaboradores, clientes e a sociedade. Nessa linha, surge o seguinte questionamento, "Por que se deve buscar a humanização de uma empresa?". O presente trabalho pretende sanar tal questão, e tem como objetivo geral compreender o conceito de empresa humanizada e os seguintes objetivos específicos: de analisar os elementos necessários para que uma empresa alcance o nível de humanização que se espera e o de avaliar a importância de políticas mais humanizadas nas empresas. O método utilizado é o dedutivo e a técnica de pesquisa foi a análise de artigos e sites de pesquisa relacionados ao tema em destaque. Os resultados encontrados mostram que as empresas humanizadas são aquelas que ao invés de pensar apenas em maximizar o resultado dos acionistas, entende e atende as necessidades e desejos dos colaboradores, clientes e do ambiente social e sustentável. A valorização das pessoas é um ponto essencial com que uma empresa humanizada deve se preocupar, para isso, as organizações devem adotar uma série de estratégias e ações que contribuam para criar um ambiente diverso e inclusivo, para eliminar as desigualdades e diferenças de raça, sexo ou credo, construir relações mais democráticas e justas e melhorar a qualidade de vida e de trabalho dos funcionários. Também é essencial uma liderança humanizada, que se caracteriza por um tipo de liderança com maturidade, sensibilidade, empatia e inteligência emocional que crie condições para fomentar o desenvolvimento e crescimento das pessoas dentro e fora da instituição. Por fim, uma cultura organizacional consciente deve ser construída sendo orientada pelos valores da empresa e alinhada com os processos e práticas que garantam a sua consistência. Em conclusão, uma empresa humanizada é aquela que gira em torno de seus colaboradores, fornecedores e clientes, dando atenção às necessidades, objetivos, desafios e preocupações que cada uma possui, esse tipo de empresa não considera o negócio como uma máquina de fazer dinheiro e sim como um tecido social, com todas as suas interdependências, que contribuem para efetivação dos Direitos Humanos na sociedade.

Palavras-chave: Empresa Humanizada. Consciência Coorporativa. Direito Humanos.

GESTÃO DA ÁGUA POTÁVEL E O CUMPRIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS PARA ESSE ABASTECIMENTO

Artur Guedes
Graduanda em Direito/ Universidade Federal do Tocantins/Palmas, TO
artur.guedes001@gmail.com

Felipe Fornari Passos
Graduando em Direito/ Universidade Federal do Tocantins/Palmas, TO
felipe_fegur@hotmail.com

Resumo: A pesquisa apresentada busca entender como estão sendo realizadas as políticas públicas voltadas para a gestão da água na cidade de Palmas-TO. Questiona-se a respeito da água potável, e se o poder público, tem contribuído para melhorar a gestão da água no território mencionado, compreendendo a sua relação com a eficiência no cumprimento das metas das ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) na ONU, por meio da meta 6.b (Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento). O objetivo da pesquisa é entender como a capital tocantinense consegue manter números, no primeiro momento, interessantes com relação a gestão da água, fazendo uma comparação anual através de um levantamento dos da dos do infosanbas.org.br, além de estudar o Plano Municipal de Saneamento Básico (SNIS, 2020), para apreender evoluções supracitadas neste documento, concluindo através das informações coletadas os possíveis andamentos das metas. O método utilizado para alcançar esse objetivo é o descritivo, ao fazer uma análise entre os dados obtidos através do infosanbas.org.br, metas das ODS e o Plano Municipal de Saneamento Básico, cria- se uma correlação de cunho investigativo para inferir a situação da gestão da água na cidade de Palmas-TO. A pesquisa se efetiva através da análise documental bibliográfica, utilizando o método indutivo, por meio das metas da ODS e Constituição Federal de 88, Art. 1, inciso III e Art. 5, para fundamentação direta da tese abordada. Dessa forma, será possível responder ao questionamento.

Palavras-chave: Gestão da Água. Políticas Públicas. Direitos Humanos. Meio Ambiente.

INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL NA GRADUAÇÃO DE DIREITO DAUNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Andressa de Mattos Oliveira
Graduanda de Direito na Universidade Federal do Tocantins (UFT).
mattoszandressa@gmail.com

Resumo: A presente investigação tem como plano de fundo a redução das desigualdades raciais, um dos objetivos de desenvolvimento sustentável promovidos pela Organização das Nações Unidas a fim de garantir a plenitude dos Direitos Humanos, acordo o qual Brasil é signatário. Questiona-se o que o curso de direito da Universidade Federal do Tocantins campus Palmas tem feito para reduzir as desigualdades raciais. A pesquisa possui como objetivo a análise dos direitos humanos através da descrição do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável e de sua meta de redução das desigualdades raciais, onde consta que até 2030, é necessário empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra, ademais, por meio da explicação de como se dá tal redução de desigualdade no curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins campus Palmas, e por fim concluir se os resultados de ações de inclusão e manutenção de pretos, pardos e indígenas estão sendo eficazes nessa amostra. O estudo de cunho descritivo, básico e teórico, se desenvolverá com pesquisa documental da Declaração Universal de Direitos Humanos junto com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e por meio de levantamentos de dados. Para resolver a problemática proposta, adotar-se-á o método dialético. Espera-se como resultado da pesquisa que se responda como está o cumprimento da redução de desigualdades raciais na graduação de Direito da Universidade Federal do Tocantins campus Palmas, e se estão sendo suficientes para que ocorra a almejada inclusão e equiparação.

Palavras-chave: Desigualdade Racial. Direitos Humanos. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal do Tocantins. Direito.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO A ESCRAVIDÃO NO TOCANTINS

João Pedro Soares Veloso
Graduando em Direito na Universidade Federal do Tocantins/Palmas, TO
joao.veloso@mail.uft.edu.br

Resumo: O estudo que se apresenta, abordará a escravidão contemporânea na região tocantinense, examinando dados e tratando sobre a execução de políticas públicas em prol erradicação do tema. Questionando-se a efetivação de políticas públicas (instrumento de efetivação dos Direitos Humanos) apresentadas para a abolição da exploração trabalhista. Tem-se como objetivo geral estudar os Direitos Humanos, de forma a entender os direitos básicos para a vida e dignidade do ser, analisando a necessidade e a efetividade de ações estatais para minimizar a problemática do abuso serviçal. Baseando-se o estudo nos artigos 3, 4 e 5 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com ênfase no 4º artigo, onde tratam do direito à liberdade, segurança e dignidade. A investigação de cunho descritivo se desenvolverá com pesquisa bibliográfica e documental. Para responder ao problema proposto, adotar-se-á o método quali-quanti. Resultado desta é a explicitação da falibilidade governamental em garantir o direito básico de um trabalho digno e humanizado para uma parcela de cidadãos tocantinenses. Esse crime ainda é prática rotineira, tradicionalmente em atividades relacionadas a zona rural, principalmente com agropecuária no Tocantins. Portanto, cabe ao Estado aumentar e efetivar suas políticas públicas com prevenção, conscientização e fiscalização dos órgãos competentes, a fim de debelar o exercício trabalhos degradantes.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Políticas Públicas; Trabalho; Escravidão Moderna.

O USO DE DROGAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Michael Júlio Cunha Gabino
UFT – Campus Palmas
michael.julio@uft.edu.br

Victor Hugo Araújo dos Santos
UFT – Campus Palmas
victor.hugo@uft.edu.br

Resumo: Por meio da presente pesquisa será abordado as políticas públicas tomadas para evitar o uso de drogas dentro das Universidades Federais. Questiona-se embasado no objeto de desenvolvimento sustentável número 3.5 dos Direitos Humanos que propõe reforçar a prevenção e tratamento do uso de substâncias incluído o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool, quais são os meios usados para evita-los no meio acadêmico? Objetiva-se encontrar formas de diminuir o uso de tal substâncias pelos alunos, através de trabalhos de conscientização entre os graduandos, por meio de palestras e projetos de extensão e análise das consequências do uso das drogas. A investigação de cunho aplicada, se desenvolverá como pesquisa experimental. Para responder os problemas propostos adotar-se-á o método dedutivo. Espera-se alcançar a diminuição efetiva dos usuários de drogas dentro das Universidades Federais.

Palavras chave: Drogas. Federias. Saúde. Estudantes.

POSSIBILIDADE DE O ABORTO DE ANENCÉFALOS FERIR O DIREITO À VIDA

Léia Alves Dornelas
Acadêmica do Curso de Direito da Unitins
leiadornelas@unitins.br

Amanda Raynara Gomes Da Silva
Acadêmica do Curso de Direito da Unitins
amandaraynara@unitins.br

Aldo Gabriel Martins Araújo
Acadêmico do Curso de Direito da Unitins
aldogabriel@unitins.br

Resumo: O presente artigo busca realizar a análise do direito à vida no caso de aborto de anencéfalos, tendo como foco central o questionamento se este tipo de interrupção da gestação implicaria no descumprimento do direito à vida do feto. Procura-se, com este trabalho, pesquisar se o aborto anencefálico infringe o direito à vida do ser em formação no útero materno. Anela-se, ainda, através desta pesquisa, descrever o direito à vida bem como quando esta se inicia, pesquisar sobre a aplicabilidade do direito à vida nos casos de aborto de anencéfalos e analisar se este tipo de aborto fere o direito à vida do feto. A fim de se responder ao problema demonstrado utilizar-se-á o método dedutivo, partindo-se da aplicabilidade do direito à vida nos casos de aborto em geral, para explicar a aplicabilidade desse direito no caso específico da prática abortiva de anencéfalos. Foi utilizado como mecanismo de estudo material bibliográfico como livros, artigos, monografias e teses e; documental (leis brasileiras). Ao final concluiu-se que o aborto anencefálico não fere o direito à vida do feto, haja vista este não possuir o encéfalo e nem a calota craniana, não havendo, nesse caso, nenhuma atividade encefálica, o que se caracteriza como morte cerebral, não infringindo, portanto, esse direito fundamental.

Palavras-chaves: Direito à Vida; Aborto de Anencéfalo; Aplicabilidade; Morte Cerebral.

ST 6 - SIMPÓSIO TEMÁTICO - KINSA KINDEZI

	02 - Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.		
	05 - Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.		16 - Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Coordenador(a): Kamila Gomes Borges
Apresentação: Via Google Meet

KINDEZI

Maicon Rodrigues Nunes
Graduando em Engenharia Agronômica/Unitins
maiconrodrigues@unitins.br

Kamila Gomes Borges
Mestra pela Universidade Federal do sul da Bahia
Atualmente é professora na Unitins.
Kamila.g@unitins.br

Resumo: Kindezi é a arte de cuidar do "sol vivo" e mostrar o caminho para fazê-lo brilhar, cuidando dele com o maior cuidado e lhe transmitindo toda a sabedoria adquirida, traspondo valores éticos, morais e culturais, contribuindo para seu desenvolvimento. Na cultura africana vemos muito isso, a partir do momento em que nasce um bebê (sol vivo), todos da aldeia tem o papel de cuidar, assim a educação de cada um vai sendo passada para aquela criança, moldando uma criança com um pensamento crítico, quando os jovens praticam a Kindezi, vão se preparando para quando for a chegada de suas gerações futuras, desenvolvendo assim um maior nível de amadurecimento. A Kindezi também ajudou as mulheres africanas a ganharem a liberdade de poder trabalhar onde quiser, a partir do momento em que os jovens ou idosos da comunidade ficavam com os filhos, para as mulheres poderem trabalhar, seja em lavouras, ou onde quiser, isso também implantado mais tardiamente no patriarcado da história cultural europeia, demonstrando os valores que a Kindezi traz e que contribuiria muito hoje para a educação e formação de crianças com maior visão crítica e melhor preparação para no futuro, para ser um melhor cidadão, daí vem a parte de educação não é dada só na escola, mas sim formada a partir de casa.

Palavras-chave: Kindezi; Arte de Cuidar do Sol; O Caminho para Fazê-lo Brilhar

A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO TOCANTINS

Elves Brynner da Silva Alves
Graduando em Engenharia Agronômica/Universidade Estadual do Tocantins, Unitins/Campus Palmas
elvesbrynneralves@gmail.com

Vanessa da Silva Alves
Graduanda em Engenharia Ambiental/Universidade Federal do Tocantins, UFT/Campus Palmas
vanessa.alves@mail.uft.edu.br

Elda da Silva Alves
Graduanda em Serviço Social/Universidade Estadual do Tocantins, Unitins/Campus Palmas
elda11alves@gmail.com

Resumo: Neste estudo discute-se as relações existentes entre a produção de alimentos e a insegurança alimentar no Tocantins, dando ênfase entre os três níveis de classificações de domicílios em relação à insegurança alimentar (leve, moderado e grave). Além disso, é apresentado dados sobre a quantidade de alimentos produzidos no estado, as principais causas da insegurança alimentar, exibindo as principais políticas públicas de incentivo à produção de alimentos, além da caracterização dos agentes afetados e a sua relação no molde de vida das famílias do Tocantins, dessa forma o presente trabalho teve como principal objetivo analisar as relações existentes entre a produção de alimentos e a insegurança alimentar em cidadãos tocantinenses, dando foco ao enfraquecimento das políticas públicas direcionadas ao combate à fome. A metodologia adotada para elaboração da pesquisa se baseia na revisão bibliográfica com apoio da pesquisa bibliográfica. De acordo com Neves, Jankosk e Schnaider (2013, p. 02) a pesquisa bibliográfica é o levantamento de um determinado tema, processado em bases de dados nacionais e internacionais que contêm artigos de revistas, livros, teses e outros documentos. Portanto, as relações entre a produção de alimentos e a insegurança alimentar no estado, mostram a difícil realidade de diversas pessoas, em conseguir seu alimento, onde a pandemia potencializou as desigualdades sociais de um modo global. Sendo assim, é possível concluir que a produção de alimentos é de essencial importância para assegurar a segurança alimentar e nutricional de muitas pessoas, entretanto o acesso a esses alimentos ainda é negado ou mesmo dificultado, sendo necessário a intensificação de políticas públicas voltadas ao combate à fome no Tocantins.

Palavras-chave: Produção de Alimentos; Insegurança Alimentar; Políticas públicas.

OS REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO AGRAVAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

Francisca dos Reis Brandão
Graduanda de Serviço Social da Unitins.
dianafranreis@gmail.com

Resumo: O resumo refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulada Os reflexos da pandemia da Covid-19 no agravamento da insegurança alimentar no Brasil, orientada pelo professor doutor Mauri Antônio da Silva. A pandemia da Covid- 19, conjugada com a crise econômica, refletiu-se diretamente na sociedade brasileira, afetando não somente à saúde pública, mas, de forma direta no mundo do trabalho e na economia. Neste sentido, a presente pesquisa buscou analisar as ocorrências ocasionadas pela pandemia da Covid-19 que interferem diretamente na insegurança alimentar no Brasil a partir de 2020. A abordagem adotada na pesquisa quanto à finalidade metodológica foi de natureza qualitativa e quantitativa, contendo em seu objetivo metodológico classificado como explicativa, e quanto ao procedimento metodológico uma pesquisa bibliográfica. A análise foi orientada pelo método do materialismo histórico dialético, que é o método principal de análise da sociedade. Como resultados que a pesquisa possa contribuir para a sociedade em abordar a questão da insegurança alimentar, visto que é um problema social que envolve uma grande parcela da população brasileira, comprometendo e prejudicando a saúde individual e coletiva da sociedade, gera violação de direitos humanos e consequentemente reflete no desenvolvimento do país. Ao final do estudo conclui-se que os elementos que agravam a insegurança alimentar foram econômicos, sociais e ausência de políticas assistenciais estruturantes no Brasil em tempos de governos liberais conservadores, sendo que a desigualdade social no país foi potencializada pelo agravamento da Covid-19 a partir de 2020, e das raízes estruturantes das expressões da questão social historicamente estabelecidas pelo capitalismo dependente brasileiro. Neste sentido, a fome no Brasil foi se manifestando em seus diversos níveis possuindo um aumento já em 2020, como afirma a pesquisa da Rede Penssan que "eram 10,3 milhões de pessoas em Insegurança Alimentar grave em 2018, passando para 19,1 milhões, em 2020. Neste período, foram cerca de nove milhões de brasileiros a mais que passaram a ter a experiência da fome" (2021, p.53). Assim, a pandemia da Covid-19 evidenciou ainda mais a desigualdade no Brasil, pois nesse período o consumo de alimentos diminuiu nos lares dos trabalhadores brasileiros, com a diminuição da renda ocasionada pelo desemprego em massa, a crise econômica e a pandemia da Covid-19, a qual agravou a questão da Insegurança Alimentar para a sociedade brasileira voltando a encarar o pesadelo de voltar ao Mapa da Fome.

Palavras-chave: Pandemia da Covid-19; Fome; Insegurança Alimentar.

PENSAMENTO COMPUTACIONAL: BRINCANDO E APRENDENDO COM ARTEFATOS DESPLUGADOS NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM LÍNGUA PORTUGUESA

Nadia Caroline Barbosa
Mestranda em Ensino em Ciências e Saúde (UFT), professora da rede estadual de ensino.
nadiabarbosa@seduc.to.gov.br

Kaio Erlyn Vieira Araújo
Mestrando em Ensino em Ciências e Saúde (UFT), Enfermeiro no Hospital Geral Público de Palmas.
kaioerlyn@gmail.com

Leandro Guimarães Garcia
Doutor em Ciências Biológicas pelo departamento de biologia celular e molecular (CEL) da Universidade de Brasília. Professor orientador do curso de Mestrado em Ensino em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Tocantins – UFT e Coordenador do Núcleo Telessaúde do Estado do Tocantins.
lggarcia@mail.uft.edu.br

Resumo: No campo das tecnologias educacionais, os artefatos desplugados se constituem em importantes ferramentas para o desenvolvimento do pensamento computacional. Há vários artefatos que podem ser construídos sem computador, sem notebook, sem internet e que levam os estudantes a aprenderem tanto quanto se estivessem utilizando um artefato plugado. De acordo com Wing (2016) o pensamento computacional é uma habilidade fundamental para todos, não somente para cientistas da computação, mas também à leitura, escrita e aritmética. A autora reforça, ainda, que deveríamos incluir pensamento computacional na habilidade analítica de todas as crianças. O presente estudo, em fase inicial de pesquisa, tem por objetivo geral investigar se o pensamento computacional é desenvolvido no componente curricular de Língua Portuguesa e caso seja, qual é o seu nível? Uma vez que na literatura esse tipo de raciocínio está mais vinculado a Matemática. Tal verificação se dará por revisão de literatura e ainda será realizado um estudo de caso para que possamos ver na prática a eficácia dos artefatos desplugados, nesse processo de desenvolvimento do pensamento computacional nos estudantes. Os participantes serão alunos de uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Palmas – TO, os quais irão assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Palavras-chave: Pensamento Computacional; Brincando e Aprendendo; Artefatos desplugados.